

Projeto de Lei da Câmara nº 241, de 1949

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: COMISSÃO ESPECIAL

Ementa:

Faculta ao Instituto Nacional do Cinema Educativo, prestar serviços remunerados a particulares e a entidade de caráter público.

Assunto: -

Data de Leitura: 28/07/1949

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 23/11/1949 - TRANSFORMADA EM
NORMA JURÍDICA

TRAMITAÇÃO

17/01/1950 SF-SSA - SUBSECRETARIA DE ARQUIVO

Ação: Encaminhado ao Arquivo. Documento arquivado.

23/11/1949

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: Projeto sancionado, transformado na Lei 929 de 23/11/1949.

11/11/1949

Situação: APROVADA

Ação: Discussão única. Projeto aprovado sem debate.

Publicado no DCN Páginas 11297

07/11/1949

Ação: Leitura do Parecer 1404 de 1949 da Comissão de Finanças, opinando pela aprovação do Projeto. Relator: Alfredo Neves.

Publicado no DCN Páginas 10898

31/10/1949

Ação: À Comissão de Finanças.

24/10/1949

Ação: Leitura do Parecer 1318 de 1949 da Comissão de Educação e Cultura, opinando pela aprovação do Projeto. Relator: Cícero Vasconcelos.

Projeto de Lei da Câmara nº 241, de 1949

TRAMITAÇÃO

*Publicado no DCN Páginas 10106-10107***28/09/1949****Ação:** À Comissão de Educação e Cultura.**23/09/1949****Ação:** Leitura do Parecer 1014 de 1949 da Comissão de Finanças, opinando pela audiência da Comissão de Educação e Cultura. Relator: Alfredo Neves.*Publicado no DCN Páginas 8784***23/09/1949****Ação:** Leitura do Parecer 1013 de 1949 da Comissão de Constituição e Justiça, opinando pela constitucionalidade. Relator: Arthur Santos.*Publicado no DCN Páginas 8784***03/08/1949****Ação:** À Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Finanças.**28/07/1949****Ação:** Leitura. O Projeto fica sobre a Mesa para receber emendas nos dias 01 e 02/08/1949.*Publicado no DCN Páginas 6581*

DOCUMENTOS

Autógrafo - PLC 241/1949

Data: 28/07/1949**Autor:** Câmara dos Deputados**Local:** null**Descrição/Ementa:** Faculta ao Instituto Nacional do Cinema Educativo, prestar serviços remunerados a particulares e a entidade de caráter público.